

RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.630 - RS (2012/0212547-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ALTAIR XAVIER
ADVOGADO : LUIZ CARLOS RIBEIRO E OUTRO(S) - SC004530
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **ALTAIR XAVIER**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 297, § 3º, II, DO CP. CONSUNÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO PARCIAL. INSIGNIFICÂNCIA. INOCORRÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA. COMPROVAÇÃO. DOLO CONFIGURADO.

1. Afastada a aplicação do princípio da consunção, pois a conduta de inserir dados falsos na CTPS não vislumbrou especial fim de somente obter vantagem ilícita em prejuízo do seguro-desemprego, mas também de frustrar o pagamento de direitos trabalhistas.

2. Reconhecida a ocorrência da prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal para a ré, e de forma parcial para o réu.

3. Em sede de estelionato, o valor correspondente ao salário mínimo tem sido considerado no máximo como limite para o pequeno dano (estelionato privilegiado), pelo que descabida é a discussão de insignificância para montantes até superiores. Inaplicabilidade do princípio da insignificância porque determinante a conduta do réu para a prática delitiva.

4. Materialidade e autoria delitivas devidamente comprovadas pelo conjunto probatório constante dos autos.

5. O dolo - consubstanciado na vontade livre e consciente de praticar a conduta típica - pode-se aferir da análise das circunstâncias fáticas que envolvem o evento criminoso." (e-STJ, fl. 45)

Insurge-se o recorrente contra a desproporção da pena de multa, argumentando que o montante dos dias-multa foi exacerbado, em contraposição à pena privativa, fixada próxima ao mínimo legal.

Contrarrazões às fls. 101-104 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 125-128).

É o relatório.

Decido.

A existência de matéria de ordem pública, prejudicial ao exame do recurso, demanda a concessão da ordem de ofício para que se declare a extinção da punibilidade do agente.

Superior Tribunal de Justiça

Como determina o art. 110, § 1º, do Código Penal, "a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada. (redação revogada pela Lei n. 12.234/10).

Na espécie, ao recorrente foi aplicada a pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, excluído o acréscimo pela continuidade (Súmula 497/STF), pela prática do crime tipificado no art. 297, § 3º, III, do CP.

Desse modo, como a publicação da sentença condenatória remonta a 26/7/2011, conforme se extrai do sítio eletrônico do TRF da 4ª Região, e transcorrido mais de 8 anos entre aquele marco temporal e a presente data, deve ser declarada a extinção da punibilidade do recorrente, a teor do que prevê o art. 110, § 1º, c/c art. 109, III, do CP.

À vista do exposto, **concedo habeas corpus**, de ofício, para declarar **extinta a punibilidade** de Altair Xavier, relativa à ação penal autuada sob o n. 5001519-37.2010.404.7206/SC. Consequentemente, julgo **prejudicado** este recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator